

A economia portuguesa perante o movimento de integração europeia — algumas reflexões

1. ALGUMAS OBSERVAÇÕES PRÉVIAS

O pedido formal de adesão de Portugal à CEE, feito em Março de 1977, veio suscitar e acelerar discussões em torno do problema da integração da economia portuguesa no espaço europeu ocidental.

Estas discussões, a nosso ver e de uma maneira geral, têm-se processado de uma forma algo incorrecta para uma verdadeira análise do que está em causa.

Com efeito, na sequência do pedido de adesão, onde são por de mais evidentes as razões de ordem política¹, o debate em torno da adesão tem-se processado em termos dicotómicos e simplistas. Isto é, coloca-se o problema de forma a exprimir simplisticamente uma posição *contra* ou uma posição *pela adesão*. Em nosso entender, estas posições apriorísticas impedem que se avance na abordagem científica do que está em jogo.

Por outro lado, não faltam as pseudo-análises feitas em torno de dois níveis de reflexões, a saber:

- a) As preocupações com o que Portugal vai «receber» (quer em termos totais, quer em termos líquidos) das Comunidades e aquilo que vai ter de «pagar». Trata-se, nesta perspectiva, de uma análise que qualificaremos de «contabilística»;
- b) O outro nível de análise muito focado refere-se aos problemas institucionais. Saber se a Constituição Portuguesa é compatível com o Tratado de Roma ou não, que modificações há que introduzir na legislação portuguesa para se adequar às regras vigentes na CEE, etc.

A nossa posição é de recusa destas quatro linhas de reflexão:

As posições apoloéticas com base em argumentos de ordem político-ideológica;

As posições de recusa por princípio, sem uma reflexão profunda a justificar o «não» à adesão;

* Instituto Superior de Economia

¹ Vejam-se as declarações do primeiro-ministro na altura do pedido sobre a integração de Portugal na CEE, algum tempo antes, em entrevista a *A Capital* de 13 de Dezembro de 1974, e a posição da CIP, para a qual a adesão constituía um seguro contra todos os riscos políticos (cf. *Diário de Notícias* de 27 de Janeiro de 1980).

As posições que tendem a analisar a adesão como se se tratasse de uma mera questão de «deve» e «haver» e procurar concluir que somos recebedores líquidos;

As análises conduzidas ao nível institucional que nada adiantam à compreensão dos problemas reais que se põem com a adesão.

Excluindo as posições dos «contabilistas» da adesão e as dos «institucionalistas», por nada do essencial abordarem, restam-nos as duas primeiras — as apoloéticas e as da recusa de princípio.

Em nosso entender, o colocar o problema da adesão em termos de *sim* ou *não* traduz um falso dilema, na medida em que escamoteia o verdadeiro problema, que, para nós, se situa ao nível de saber qual o impacte da adesão sobre o grau de coerência interna do sistema produtivo nacional e o lugar que o País deve ocupar na divisão internacional do trabalho.

2. O TIPO DE ABORDAGEM PROPOSTO

Do breve quadro que traçámos no ponto anterior se deduz que, para nós, a adesão à CEE deve ser analisada em termos de articulações internas da estrutura económica portuguesa e da sua inserção no quadro das relações económicas internacionais.

Para este tipo de abordagem necessitamos de precisar o conceito, algo nebuloso, de integração económica.

Evidentemente que, devido à situação do nosso país e ao problema em análise, nos situamos no quadro do movimento de integração que se desenrola nos países capitalistas da Europa ocidental². Este conceito não é tão fácil de delimitar teoricamente como de verificar na realidade.

Encontramos na literatura económica várias definições de integração económica. Não é nosso objectivo fazer aqui um inventário dessas definições, mas simplesmente apresentar alguns dos seus traços fundamentais, para, em seguida, apresentarmos o conceito tal como o entendemos. Podemos perguntar, como o faz Destanne de Bernis³, «por que razão, num dado período de evolução do capitalismo, países (ou Estados) decidiram constituir agrupamentos económicos mais ou menos intensivos, funcionando como funcionam e com os efeitos que são seus», o que nos conduz à interrogação de F. Perroux⁴: «Quem integra?» Julgamos que ninguém poderá defender, cientificamente apoiado, que é o mercado e os seus mecanismos de livre circulação, visto que se trata, nesta concepção liberal, de assegurar a liberdade de trocas, colocando-se, pois, a análise ao nível da esfera da circulação, deixando de lado tudo o que respeita a esfera produtiva.

É nesta concepção que se pode compreender que o problema se reduza, no essencial, às «discriminações entre unidades económicas», como o defende Bela Balassa⁵, para em seguida propor diferentes graus de integração (na ocorrência cinco)⁶.

Também não poderemos encontrar uma válida explicação para o conceito de integração se juntarmos à internacionalização dos mercados uma *vontade de*

² Deixamos assim de lado a análise da integração no quadro da CAEM e as experiências ensaiadas nos países do Terceiro Mundo.

³ Cf. *Relations Économiques Internationales*, 4.ª ed., Paris, Dalloz, 1977, pp. 761-762.

⁴ Cf. «Intégration économique: Qui intègre? Au bénéfice de qui s'opère l'intégration?», in *Économie Appliquée*, n.ºs 3-4, 1966, pp. 387-414.

⁵ Cf. *Teoria da Integração Económica*, 2.ª ed., Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1972, p. 12.

⁶ *Ibid.*, pp. 12-14.

solidariedade entre os diversos elementos que estão em vias de se integrar⁷. Não se trata de um fenómeno voluntarista.

Recentemente, outros autores, perante a crescente tendência para a integração, apresentam-na como um dos objectivos essenciais da actividade humana.

A integração seria assim algo de «natural» à actividade humana, ligada a um simples processo de redistribuição das actividades industriais⁸.

Pelo nosso lado, a integração económica é, primeiro que tudo, um *processo global* que diz respeito ao conjunto do processo produtivo, assim englobando simultaneamente as esferas da circulação e da produção. Por isso, o seu estudo exige uma *análise dinâmica* do funcionamento da economia e da sociedade.

Por outro lado, para responder às questões de D. de Bernis e de F. Perroux atrás citadas é preciso encarar a integração como um *processo* que responde às necessidades do desenvolvimento do capitalismo numa etapa determinada.

Neste sentido, trata-se de um processo necessário⁹ e de *natureza objectiva*, isto é, independente do subjectivismo do homem. Feitas estas observações, torna-se indispensável acrescentar que não poderemos falar de elementos formalmente integrados senão quando todos esses elementos estão *submetidos aos mesmos mecanismos sociais de regulação da economia*¹⁰. Esta submissão não quer dizer que o processo de integração não gere *contradições* entre os elementos do conjunto. A experiência recente da CEE parece confirmar esta asserção.

Estamos assim, pois, em condições de definir *integração económica* como um processo global, dinâmico, gerado pelo movimento geral do capital, de carácter objectivo e contraditório, em que os elementos agrupados estão submetidos aos mesmos mecanismos sociais de regulação.

Vê-se assim que, nesta concepção, o processo de integração está estreitamente ligado aos mecanismos de reprodução alargada do capital nos países integrados ou em vias de integração. Mas, para melhor compreender o alcance do conceito de integração económica, julgamos indispensável fazer uma distinção importante entre *integração real*, aquela que decorre do processo que evocámos atrás, ou seja, a que decorre do processo de transnacionalização do capital, e *integração formal*, quando este processo toma formas político-jurídicas.

Assim, entre os países da CEE diremos que há integração real e formal simultaneamente, mas nesta concepção pode haver integração real sem integração formal. Dêmos dois exemplos desta situação. Portugal encontra-se já numa posição de certo grau de integração real da sua economia na dos países da CEE, sem que haja uma integração formal. Outro exemplo nítido é o caso da integração real da economia canadiana perante os EUA, sem que formalmente haja formas político-jurídicas de integração.

Se bem que haja uma relação dialéctica entre os dois tipos de integração (a real a implicar a formal e esta, em seguida, a reforçar aquela), pela nossa parte damos mais significado económico à integração real, pelo que neste sentido usaremos de preferência a palavra *integração* neste trabalho.

Feitas estas observações conceituais, o verdadeiro problema que se põe com a adesão de Portugal à CEE é o de saber qual o *impacte* da *integração real*, em relação dialéctica com a integração formal (adesão), sobre um espaço pequeno e fraco, em contacto com um espaço maior e mais forte.

⁷ Como nos propõe André Marchal nas suas obras *L'Europe Solidaire*, Paris, Cujas, 1964, e *L'Intégration Territoriale*, Paris, PUF, 1965.

⁸ Encontramos esta concepção particularmente em Alain Cotta, *La France et l'Impératif Mondial*, Paris, PUF, 1978.

⁹ Não no sentido «mecânico» do termo.

¹⁰ Neste sentido não será concebível ver integrados num mesmo conjunto países como a RFA e a RDA, por exemplo.

Formulada assim a questão, a nossa hipótese de trabalho é que a integração real de Portugal, reforçada pela adesão à CEE, vai provocar um enfraquecimento da posição do País no quadro da divisão internacional do trabalho, através da redução do seu grau de coerência interna, e, assim, colocar o País numa situação mais vulnerável em relação aos centros de decisão exteriores.

Com efeito, a aproximação entre uma unidade pequena e fraca e uma unidade grande e mais forte vai necessariamente desembocar numa situação de perda de autonomia e de consistência interna da primeira, o que decorre da lei do desenvolvimento desigual e combinado.

Como escreveu F. Perroux ¹¹, «uma estrutura relativamente forte encontrando uma estrutura relativamente fraca, a política do país de estrutura forte interfere com a política nacional do país de estrutura fraca».

Digamos que as forças dominantes em Portugal, ao optarem pela adesão, escolheram o que nós podemos chamar, ainda com F. Perroux ¹², «uma modalidade fraca de interdependência», em relação a uma «modalidade forte», visando «facilitar a adaptação das estruturas produtivas ao movimento geral do capital e assim acelerar o processo de transnacionalização» ¹³ em curso.

Em nosso entender, a opção feita não era a única possível, porque, em vez de se «adaptar», Portugal poderia, ao contrário, enveredar por um processo de reforço do seu grau de coerência interna e de afirmação nacional no quadro da divisão internacional do trabalho.

3. PORTUGAL PERANTE A INTEGRAÇÃO REAL

Para uma análise da integração económica de Portugal no espaço europeu ocidental, tal como o entendemos actualmente, o período que realmente nos interessa começa no início dos anos 60.

Efectivamente, é hoje ponto assente que a partir do início da década de 60 houve em Portugal uma mudança de orientação no que diz respeito ao tipo e à natureza da inserção da economia portuguesa na economia capitalista mundial.

Não vale a pena determo-nos em pormenor neste ponto, senão para lembrar os aspectos mais evidentes: a nova dimensão do problema colonial com o início das guerras em África, a grande corrente migratória em direcção à Europa ocidental, particularmente França e RFA, a adesão à EFTA, a abertura, a partir de 1965, à entrada de capitais estrangeiros e, consequentemente, a crescente internacionalização da economia portuguesa.

No período que decorre entre 1960 e 1980 julgamos poder detectar aquilo a que chamaremos *três etapas* no quadro de uma mesma tendência, perturbada por um «*momento*» de incertezas e de transformações qualitativas.

A primeira etapa cobre o período de 1960-67 e traduz aquilo a que podemos chamar uma *adaptação «forçada»* da economia e da sociedade portuguesa a uma dinâmica externa, que as forças dominantes na época tiveram de suportar.

A própria adesão à EFTA fez-se mais por razões de não perder mercados (em particular o do Reino Unido), do que por uma vontade política interna deliberada no sentido de uma maior inserção da economia portuguesa no espaço europeu ¹⁴.

¹¹ Cf. *Indépendance de l'Économie Nationale et Interdépendance des Nations*, Paris, Aubier Montaigne, 1962, p. 92.

¹² *Ibid.*, p. 134.

¹³ Cf. D. de Bernis, *op. cit.*, p. 972.

¹⁴ Neste sentido se pronunciavam, entre outros, F. Pereira de Moura (*Por onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2.ª ed., 1969, p. 29) e A. Pinheiro Xavier (*Portugal e a Integração Europeia*, Coimbra, Livraria Almedina, 1970, p. 113).

A adesão à EFTA não traduz, a nosso ver, uma verdadeira integração, tal como a concebemos neste texto, mas antes um acordo de comércio em que os países membros se comprometem a respeitar certas regras no domínio estritamente comercial.

A integração real da economia portuguesa verifica-se, sobretudo, não apenas pelo comércio externo, mas também pela saída da força de trabalho, pela entrada de capitais estrangeiros, seja sob a forma de investimento directo, seja sob a forma de penetração de firmas transnacionais (FTN).

As resistências internas encontradas nessa fase a uma maior e deliberada política de integração vêm a ser parcialmente ultrapassadas a partir de 1968, ano em que começa a desenhar-se uma segunda etapa, que vai até 1972-73 e que nós caracterizamos como o de *assumir explicitamente aquela adaptação*. Com efeito, encontramos nesse período, contrariamente à fase precedente, uma vontade política interna de pôr em marcha uma estratégia de integração da economia portuguesa muito mais acelerada, caracterizada por uma liberalização do regime do condicionamento industrial, uma ainda maior abertura aos capitais externos e uma estratégia baseada fortemente na concentração industrial e financeira, com forte acento na promoção das exportações.

É nesta etapa que se concretiza o acordo comercial com a CEE, mas as resistências internas de forças ligadas a interesses nas colónias e das forças mais conservadoras, associadas a uma incapacidade de resolução política do problema colonial, vieram a contribuir para o falhanço desta tentativa de extra-versão assumida.

Mas, entretanto, o processo de integração real em marcha continuava a acelerar-se por diversos meios. É assim que, ao nível da força de trabalho, obrigada a emigrar, se passa de 602 078 no período de 1960-67 para 913 425 na fase de 1968-73. Ao nível do investimento directo estrangeiro (IDE), que em 1960 era de 0,032 (10⁶ contos), em 1965 passa-se para 0,67, em 1970 para 0,74 e em 1973 para 2,7. Relativamente à penetração das FTN, M. Belmira Martins¹⁵ identifica a presença de 270 empresas em 1973, das quais cerca de metade se encontram em actividades terciárias ou orientadas para a exportação sem qualquer articulação com o sistema produtivo português.

É certo poder afirmar-se que quer o IDE quer as FTN, globalmente, não são muito importantes na economia portuguesa. O primeiro representa, em fins de 1975, cerca de 2 % do capital fixo bruto total na indústria transformadora e cerca de 1,1 % do capital fixo total da economia. As segundas, também em termos globais, não são de forma alguma dominantes, mas detêm o controlo completo ou quase completo de sub-ramos, como os da eléctrica (76,0 % das vendas no mercado em 1977), da electrónica (75,7 %), das tintas e vernizes (93,3 %), dos produtos farmacêuticos (42,8 %), da química industrial (96,0 %), das fibras artificiais e sintéticas (89,2 %), e mesmo no vestuário, onde 55 % é dirigido para a exportação, representou cerca de 50 % das vendas no mercado interno.

Estes elementos, se bem que incompletos, dão-nos bem uma ideia de que a economia portuguesa não estava de forma alguma excluída do processo de integração gerado pelo movimento de transnacionalização do capital.

Após a fase 1968-72/73, que resumidamente descrevemos, com o 25 de Abril de 1974, Portugal entra naquilo que qualificamos de «momento» de incertezas e de transformações qualitativas. Do ponto de vista que é o nosso, nestas breves notas não tem interesse desenvolver este «momento» de 1974-75, mas antes passarmos para a etapa de 1976-80, que caracterizamos como uma etapa intermédia entre aquele «momento» e a retomada da estratégia de adaptação explicitamente assumida de inserir a economia portuguesa na economia capitalista mundial de uma forma ao mesmo tempo mais profunda e mais vasta.

¹⁵ Cf. *As Multinacionais em Portugal*, Lisboa, Ed. Estampa, 1976.

Efectivamente, a evolução nestes últimos cinco anos tem acentuado todas as características de uma integração mais intensa da economia portuguesa. Limitar-nos-emos a apresentar aqui alguns elementos de forma sintética. Noutro trabalho desenvolvemos todos estes e outros elementos¹⁶.

Do ponto de vista do comércio externo, em 1978, 55,5% das exportações portuguesas e 45,8% das importações faziam-se com a CEE.

O IDE, que em 1973 tinha atingido 2,7 (10⁶ contos), em 1980 (autorizações) atingiu 10,7 (10⁶ contos). O *stock* do IDE em Dezembro de 1975, segundo elementos fornecidos pelo Instituto do Investimento Estrangeiro, era de cerca de 12 milhões de contos, dos quais cerca de 50% na indústria transformadora, sendo, destes, 36% na indústria eléctrica, electrónica e química. De 1976 a 1980, o IDE entrado e as autorizações concedidas pelo IIE sobem a 21,6 milhões de contos, isto é, em 5 anos o montante acumulado é quase o dobro do *stock* existente em fins de 1975.

Relativamente às FTN, em 1973 tinham sido detectadas 270 em actividade. Investigações por nós efectuadas mostram-nos que em 1977-78, e com números seguramente subavaliados, seriam de 360 as FTN com actividade em Portugal, das quais cerca de 100 estão quase exclusivamente orientadas para a exportação, com uma fraca ou nula articulação ao sistema produtivo interno, a não ser aproveitar as várias «vantagens comparativas» que Portugal lhes oferece, 78 ligadas ao comércio de importação e à distribuição e 22 implantadas no turismo e imobiliário.

Outro elemento de integração real na economia capitalista mundial respeita à dimensão financeira. Portugal mantém-se durante décadas com uma relativa estabilidade financeira, cujas causas e efeitos não interessa agora aqui analisar, mas, nos últimos anos, a subida da dívida externa, ligada ou não a compromissos com o FMI, tem vindo a constituir um elemento fundamental de integração dependente no quadro financeiro internacional.

Alguns números ajudam a perceber a importância deste vector:

Evolução da dívida externa (em 10⁶ contos)

[QUADRO N.º 1]

1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981(a)
46	57	91,2	176,4	249,4	327,7	324,0	500,0

(a) Estimativa no *Expresso* de 18 de Julho de 1981.

Finalmente, mais um instrumento importante de integração se liga ao problema das transferências de tecnologia (TT), que, com mais propriedade, Destanne de Bernis chama «dependência pela tecnologia».

Em Portugal, somente a partir de 1973 foi tornado obrigatório, na altura no Banco de Portugal, o registo dos contratos de TT. A partir de 1978, essa tarefa foi atribuída ao IIE.

A média dos contratos registados entre 1973 e 1977 foi de 215, em 1978 de 216, em 1979 de 507 e em 1980 de 613. Nota-se aqui uma nítida subida da TT contratual, porque muitos outros meios há de «transferir» tecnologia sem ser pela via contratual. Basta recordar a tecnologia incorporada nos bens de equipamento importados.

Os contratos de TT não podem ser avaliados só pelo seu número — diremos mesmo que esse não é o elemento determinante. O fundamental está em conhecer a natureza e o tipo de contrato, as cláusulas restritivas que impõem, os encargos directos que há que suportar, os sectores a que se destina e, sobretudo, a capacidade interna para ir apreendendo, adaptando e criando tecnologia própria. Mas a atenção e os meios dedicados à investigação e ao desenvolvimento em Portugal são de tal ordem fracos que nada permite concluir que possamos encarar com optimismo uma futura situação de controlo interno da matriz tecnológica.

Procurámos neste ponto pôr em evidência alguns dos meios pelos quais se tem vindo a processar a integração real da economia portuguesa na economia capitalista mundial, e em particular na da CEE.

O tipo de abordagem que propomos situa-se no plano do estudo do grau de coerência interna do sistema produtivo português, tendo em conta, por um lado, os elementos de integração real evocados e, por outro, o reforço que esta irá sofrer com a integração formal (adesão).

O estudo do grau de coerência pode ser feito através de vários elementos, dentre os quais reteremos para este trabalho a análise que se poderá desenvolver a partir dos sistemas de matrizes interindustriais.

4. A INTEGRAÇÃO DE PORTUGAL E A COERÊNCIA DO SISTEMA PRODUTIVO — ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE INTERINDUSTRIAL

O problema do grau de coerência do sistema produtivo português a partir da análise dos sistemas de matrizes interindustriais consiste em pôr em evidência vários aspectos, dos quais destacaremos os seguintes:

- a) O grau de significação da matriz como expressão de um adensamento sistemático;
- b) A relação (e sua evolução) entre relações internas ao sistema produtivo e as relações com o exterior, a fim de concluir algo sobre o grau de extroversão;
- c) O conhecimento da base interna da produção de bens de equipamento, por serem aqueles que determinam o ritmo e a orientação do processo de acumulação.

4.1 O GRAU DE SIGNIFICAÇÃO DA MATRIZ E O ADENSAMENTO DA MALHA INDUSTRIAL

O primeiro aspecto diz respeito à questão de saber se a matriz portuguesa é ou não «representativa de uma estrutura significativa, em vez de não ser senão um exercício puramente formal»¹⁷. Para que a matriz seja expressão de uma estrutura significativa é necessário que ela traduza um adensamento da sua malha e que este se faça de forma coerentemente articulada.

Tomaremos como definição de adensamento da matriz a existência dos três elementos seguintes:

- a) O aumento do *número* de ligações internas entre os diferentes ramos industriais;

¹⁷ Cf. Destanne de Bernis, *Quelques Hypothèses Provisoires sur la Crise*, doc. interno, Faculdade de Ciências Económicas de Grenoble, 1979-80.

- b) O aumento da *intensidade* dessas ligações;
- c) Uma estrutura dessas ligações (*orientações das mesmas*), de maneira que a matriz traduza uma estrutura produtiva cada vez mais fechada.

Para este estudo vamos recorrer a alguns indicadores possíveis de calcular com os elementos disponíveis, aplicáveis aos sistemas de matrizes de 20×20 e de 60×60 , e isto quer para a matriz das relações interindustriais (MRI), quer para a matriz da produção interna (MPI) ¹⁸.

Se tomarmos o coeficiente de densidade (*d*), definido como o quociente entre o número de fluxos não nulos acima da diagonal principal de uma matriz triangularizada e o número máximo de fluxos potencialmente não nulos da mesma matriz ¹⁹, teremos que $d = \frac{f}{n(n-1)} \times 100$ numa matriz de $n \times n$.

Para o caso português foi-nos possível elaborar o quadro seguinte:

[QUADRO N.º 2]

Anos	MRI (20 × 20)	MRI (60 × 60)	MPI (20 × 20)	MPI (60 × 60)
1959	55,5	—	42,4	—
1964	63,9	—	62,6	—
1970	75,8	44,3	74,7	41,7
1974	76,0	42,6	75,0	39,6

A partir destes elementos podemos fazer alguns comentários:

Primeiro que tudo, verificar a evidência que o coeficiente aumenta com a agregação da matriz, pela própria definição do indicador.

Em segundo lugar, nota-se uma evolução positiva acentuada nas MRI e MPI de 20×20 de 1959 a 1970 e, em seguida, uma estagnação em 1974. *A priori*, não podemos afastar a hipótese de os números deste último ano virem afectados pelos acontecimentos vividos em Portugal.

Enfim, quando tomamos as matrizes de 60×60 , vemos a queda do coeficiente de 1970 para 1974, ao mesmo tempo que assistimos ao aumentar da diferença entre MRI e MPI. Isto quer dizer que, à medida que desagregamos a matriz e que, conseqüentemente, nos aproximamos mais da «realidade», verificamos que há um grande número de elementos nulos e que a importância dos elementos importados aumenta.

Se tomarmos as MPI (20×20) e (60×60), verificamos que na primeira o coeficiente aumenta de 74,7% para 75,0% e que na segunda desce de 41,7% para 39,6%, o que representa um valor relativamente baixo. Esta evolução permite-nos, ao menos, *pôr a interrogação*: não estaremos perante uma tendência para a anulação de certos fluxos internos? E mais: até que ponto o papel desempenhado pelas FTN não é aqui importante, e mesmo decisivo?

Tomemos um exemplo. Quando uma FTN compra uma empresa portuguesa que produzia para o mercado interno certos produtos e em seguida a reestrutura de forma a integrá-la na sua cadeia transnacional de produção, orientada

¹⁸ Sistemas de matrizes elaborados no GEBEL.

¹⁹ Cf. M. Manuela Santa Maria, *Análise da Interdependência Sectorial através da Matriz Triangular — 1970*, GEBEL, pp. 9-10.

para a exportação, temos inevitavelmente uma quebra de fluxos internos. E ultimamente temos assistido a várias operações deste tipo²⁰.

De qualquer forma, importa ser prudente na análise, e por isso se aguarda com expectativa uma matriz posterior a 1974 para verificar se esta tendência se confirma ou não.

Para avançar no estudo do adensamento da matriz portuguesa, vamos agora utilizar um indicador importante, porque não tem apenas em conta a existência de fluxos, mas as suas intensidades. Trata-se de relacionar os consumos intermédios com os *inputs* totais. E isto tanto para a MRI como para a MPI de 20×20 globais e considerando somente os ramos da indústria transformadora.

Feitos os cálculos, obtemos os seguintes resultados:

[QUADRO N.º 3]

	1959	1964	1970	1974
Consumos intermédios (%)				
<i>Input total</i>				
MRI	41,7	41,8	47,0	44,0
MPI	30,9	32,3	37,2	30,9
Parte importada global	25,8	22,7	20,8	29,8
Consumos intermédios (indústrias transformadoras) (%)				
<i>Input total (indústrias transformadoras)</i>				
MRI	51,0	46,8	54,8	48,5
MPI	36,1	35,5	42,0	32,8
Parte importada (indústrias transformadoras)	29,2	24,3	23,1	32,3

O quadro anterior permite-nos fazer alguns comentários:

a) Nota-se um melhor comportamento, e uma tendência para o adensamento da matriz, no que respeita à indústria transformadora, em relação à matriz global. Isto parece-nos facilmente compreensível, dado o dinamismo desta indústria no conjunto do sistema produtivo;

b) Verifica-se uma evolução bastante irregular de 1959 a 1974.

No período de 1959 a 1964 parece poder concluir-se por uma tendência para o enfraquecimento das relações interindustriais internas (MRI e MPI para a indústria transformadora). De 1964 a 1970 observa-se uma evolução de sentido contrário, aparentemente no sentido de uma mais forte coerência interna, e isto quer ao nível global, quer ao nível da indústria transformadora. Finalmente, de 1970 a 1974 assistimos a um agravamento da situação demasiado forte para que possa ser exclusivamente atribuído ao facto de o ano escolhido ser 1974;

c) Feita a reserva a este ano, como ponto um pouco vulnerável, julgamos poder avançar a hipótese de um certo adensamento da matriz até aos fins dos anos 60 e, em seguida, estaremos a assistir a um enfraquecimento das relações interindustriais internas.

Qual é a influência sobre esta evolução de uma maior abertura da economia portuguesa aos capitais estrangeiros a partir de meados da década de 60, por um lado, e, por outro, do início da internacionalização dos grupos financeiros portugueses por associação a grupos transnacionais? Eis uma boa pista de reflexão a explorar no futuro. Posta doutra

²⁰ Recordamos aqui, por exemplo, a compra da CIMBOR pela General Motors.

maneira a questão, ela pode resumir-se a esta formulação: até que ponto a importância crescente da internacionalização do capital produtivo, em relação ao capital-dinheiro, não está a contribuir para o acentuar da degradação do grau de adensamento da nossa malha industrial?

- d) Finalmente, podemos notar o forte peso das importações nos consumos intermédios. Isto pode significar que este forte e persistente peso traduz que as importações efectuadas ao longo de todo este período não contribuiriam de maneira satisfatória para tornar o sistema produtivo mais autónomo.

4.2 AS RELAÇÕES EXTERIORES NA MATRIZ INTERINDUSTRIAL PORTUGUESA

No ponto anterior pudemos verificar uma certa fraqueza nas relações internas interindustriais da matriz portuguesa.

Propomo-nos agora apresentar alguns elementos que permitam ver como são fortes as relações externas da economia portuguesa, daí advindo um elevado grau de extroversão, que o mesmo é dizer, conjugando estes dois tipos de relações: fraqueza de adensamento da malha interna com um forte impacte das relações externas.

Vejamus a intensidade destas relações através dos quadros que se-guem.

Pelo quadro n.º 4 podemos analisar a grande dependência em relação às importações a partir do peso destas no *input* total de cada ramo da matriz e do peso dos *inputs* intermédios importados no total dos *inputs* intermédios.

Se tomarmos somente os ramos que integram a indústria transformadora (3 a 14), observamos um valor elevado não só no *input* total (de 18,6% em 1959 a 23,8% em 1974), mas sobretudo nos *inputs* intermédios, os mais importantes do ponto de vista da coerência interna do aparelho produtivo, um valor alto já em 1959, mas ainda em subida até 1974, ano em que atinge 37,6%.

Se excluirmos o ramo 9 (derivados do petróleo e do carvão), por razões óbvias, verificamos que, em 1974, os ramos com maior dependência das importações são precisamente aqueles que maior relevo têm na economia portuguesa, quer pelo seu peso na produção e na exportação, quer pela sua dinâmica em qualquer processo de desenvolvimento que pressuponha um maior grau de autonomia interna (salvo o têxtil).

Trata-se dos ramos têxtil (43,1%), da metalurgia de base (58,1%), da química (40,2%) e do sector das máquinas e material de transporte (42,4%).

Ramos da matriz

1. Agricultura, silvicultura e pesca
2. Indústria extractiva
3. Alimentação, bebidas e tabaco
4. Têxtil
5. Vestuário, calçado e couro
6. Madeira, cortiça e mobiliário
7. Papel e pasta para papel
8. Químicos
9. Derivados do petróleo e do carvão
10. Minerais não metálicos
11. Metalurgia de base
12. Máquinas e material de transporte
13. Construção e reparação naval
14. Indústrias transformadoras diversas
15. Electricidade, gás e água
16. Construção e obras públicas

Dependência em relação às importações (percentagem)

[QUADRO N.º 4]

Ramos (ver página seguinte)	1959		1964		1970		1974	
	Import./input total	Input Int. Import. Input Int. totais	Import./input total	Input Int. Import. Input Int. totais	Import./input total	Input Int. Import. Input Int. totais	Import./input total	Input Int. Import. Input Int. totais
1	2,2	9,7	2,3	8,9	3,4	9,3	2,4	7,8
2	3,0	12,7	1,6	13,8	3,6	14,6	3,9	13,8
3	11,5	15,2	10,4	13,2	13,1	16,6	23,6	29,3
4	26,6	41,8	28,7	43,9	20,0	32,2	24,7	43,1
5	15,1	25,0	8,0	20,3	7,3	10,9	13,0	18,4
6	3,6	5,7	4,8	7,6	8,7	13,2	12,0	19,7
7	10,2	18,2	8,1	13,8	7,9	12,7	6,6	10,5
8	19,4	27,3	17,8	28,1	19,0	27,5	26,8	40,2
9	42,5	93,9	65,8	91,0	64,2	78,8	83,7	88,9
10	8,8	23,8	6,5	19,4	6,1	18,0	4,1	9,4
11	22,4	32,0	12,9	24,2	22,9	33,2	39,7	58,1
12	26,7	46,5	25,7	44,7	25,5	40,8	19,6	42,4
13	28,4	49,8	13,2	48,5	7,4	15,4	21,3	39,9
14	22,0	37,1	17,3	42,0	18,3	34,7	24,6	51,6
15	2,8	74,5	0,2	1,5	1,3	5,1	3,0	9,0
16	8,3	15,8	5,5	11,4	5,3	9,6	6,4	13,3
17	—	0,1	—	—	0,8	7,4	0,3	3,6
18	9,4	23,0	16,1	45,4	5,3	16,3	5,6	17,1
19	0,9	4,7	0,7	4,2	1,4	8,2	1,6	9,6
Indústrias transform. (3 a 14)	18,6	28,9	29,4	27,0	17,2	25,8	23,8	37,6

Fonte: Sistema de Matrizes 20 × 20 — GEBEI.

17. Comércio
18. Transportes e comunicações
19. Outros serviços
20. Governo

Se ensaiarmos uma comparação (quadro n.º 5) entre o conteúdo importado integrado na procura final entre Portugal e os países da CEE, é curioso observar que Portugal se situa (em 1974), para estes indicadores, entre um grupo de países constituído pelos quatro grandes da CEE e um outro grupo formado pelos pequenos países da Comunidade.

Se tomarmos os números de 1965 para os países da CEE, nota-se que, ao nível do conteúdo importado para a FBCF, o mais importante para o estudo da (não) autonomia do sistema produtivo, Portugal se situa ao nível da Bélgica. Esta verificação pode permitir-nos pôr a hipótese segundo a qual as importações por categoria da procura final tenderão a agravar-se à medida que progride o processo de integração. Devemos observar as percentagens muito elevadas do conteúdo importado para países como a Holanda, a Bélgica, a Irlanda, a Dinamarca e Portugal.

No que diz respeito às exportações (quadro n.º 6) (e toda a gente sabe que o peso do comércio externo de um país varia, geralmente, em ordem inversa à sua dimensão física e económica), verificamos que, de 1959 a 1974, a dependência em relação às mesmas aumentou sistematicamente, qualquer que seja o indicador utilizado.

De todos os indicadores utilizados, seja para a análise do conteúdo das importações, seja pelo peso global e sectorial das exportações, retiramos a conclusão de um forte grau de extraversão do sistema produtivo português. E, como se sabe, não é possível lançar uma estratégia de desenvolvimento consistente, passando pelo reforço do grau de coerência interna do aparelho produtivo, sem proceder a uma intraversão das indústrias, e particularmente das mais dinâmicas, aquelas a que Destanne de Bernis chamou «indústrias industrializantes», isto é, daquelas que provocam efeitos industrializantes nos restantes ramos.

No caso português estarão nesta situação sobretudo a indústria química e a electromecânica, mas, por outro lado, também se sabe quão grande é a dependência destes ramos do exterior, seja em tecnologia, seja em capitais (IDE e FTN).

4.3 A PRODUÇÃO DE BENS DE EQUIPAMENTO NO SISTEMA PRODUTIVO PORTUGUÊS

Um dos pontos capitais para a autonomia de um sistema produtivo é o papel e o lugar desempenhados nesse sistema pela produção de bens de equipamento.

Efectivamente, ninguém pode ignorar ou menosprezar a importância deste tipo de bens no processo de acumulação e no ritmo e orientação do progresso tecnológico. Eles são, ao mesmo tempo, elementos de cristalização de conhecimentos tecnológicos e elementos incentivadores de criação e de avanço neste domínio. Para além de constituírem o elemento determinante no processo de reprodução alargada do capital e do grau de autonomia do processo de acumulação.

Recorrendo ao sistema de matrizes 60×60 , apresentamos no quadro n.º 7, e para o ano de 1974, a situação portuguesa neste domínio. Seleccionámos os ramos que, *grosso modo*, podemos assimilar à produção de bens de equipamento.

Dos elementos apresentados podemos retirar algumas conclusões interessantes sobre a fraqueza deste sector no nosso país.

Importações directas e indirectas e totais por categorias de empregos finais (percentagem)

[QUADRO N.º 5]

Países	Consumo privado			FBCF			Exportações			Empregos finais			
	Directo	Indirecto	Total	Directa	Indirecta	Total	Directas	Indirectas	Total	Directos	Indirectos	Total	
RFA	{ 1965	—	—	17,2	—	—	14,0	—	—	17,1	—	—	—
	{ 1970	6,5	12,1	18,6	6,4	11,1	17,5	—	—	—	5,0	12,5	17,5
França	{ 1965	—	—	12,0	—	—	16,1	—	—	13,8	—	—	—
	{ 1970	4,8	9,0	13,8	8,9	10,7	19,6	—	—	—	4,5	10,1	14,6
Itália	{ 1965	—	—	13,8	—	—	16,8	—	—	18,4	—	—	—
	{ 1970	4,1	12,2	16,3	10,0	12,4	22,4	—	—	—	4,2	12,8	17,0
Holanda	{ 1965	—	—	32,6	—	—	44,6	—	—	34,1	—	—	—
	{ 1970	14,4	19,2	33,6	23,9	21,7	45,6	—	—	—	11,8	23,8	35,6
Bélgica-Luxemburgo	{ 1965	—	—	30,0	—	—	38,0	—	—	40,1	—	—	—
	{ 1970	13,9	17,9	31,8	22,7	19,5	42,2	—	—	—	10,9	24,8	35,7
CEE (6)													
Reino Unido	1970	5,9	12,1	18,0	9,9	11,8	21,7	—	—	—	4,6	13,5	18,1
Irlanda	1969	17,7	17,7	35,4	30,0	18,6	48,6	—	—	—	14,6	20,1	34,7
Dinamarca	1970	13,3	13,0	26,3	18,4	17,9	36,3	—	—	—	10,0	16,8	26,8
Portugal	1974	8,4	15,4	23,8	25,4	13,1	38,5	5,5	24,0	29,5	12,9	15,2	28,1

Fontes: CEE: Tableaux Entrées-Sorties 1965 – Eurostat Série Spéciale n.º 9 – 1970; Tableaux Entrées-Sorties 1970 – Eurostat Série Spéciale n.ºs 8 et 9 – 1978. Portugal: GEBEI.

Dependência em relação às exportações

[QUADRO N.º 6]

	1959		1964		1970		1974	
	Percentagem	Exportação sectorial	Percentagem	Exportação sectorial	Percentagem	Exportação sectorial	Percentagem	Exportação sectorial
		output sectorial		output sectorial		output sectorial		output sectorial
Exportação total/output total	6,2	—	6,0	—	7,2	—	7,9	—
Exportação total/procura total	16,5	—	14,5	—	19,7	—	21,4	—
Exportação total/procura intermédia	9,8	—	10,3	—	11,2	—	12,5	—
Exportação sectorial/exportação total	100,0	—	100,0	—	100,0	—	100,0	—
Agricultura	9,9	4,8	13,4	8,9	10,0	8,0	6,0	6,1
Indústria de extracção	2,6	34,5	4,2	72,7	5,3	133,6	4,3	119,0
Indústrias transformadoras	61,2	14,5	58,9	13,6	77,6	17,7	83,4	21,5
Alimentação, bebidas, tabaco	11,7	10,4	4,2	3,6	8,3	8,0	8,0	9,6
Têxteis	10,8	15,9	15,3	22,6	14,2	26,5	14,5	34,9
Vestuário, calçado, couro	1,0	5,2	5,4	18,1	10,2	20,6	12,0	35,9
Madeira, cortiça, mobiliário	16,0	39,3	11,9	36,0	8,4	36,2	8,8	43,0
Pasta e papel	12,8	17,5	2,5	21,2	5,0	34,9	5,1	38,5
Químicos	7,8	16,3	7,7	17,3	7,4	16,6	8,2	24,4
Derivados do petróleo e do carvão	3,1	14,1	1,2	11,9	2,6	25,7	2,6	12,9
Produtos minerais não metálicos	2,2	14,9	2,6	14,8	2,9	17,4	2,1	12,7
Metalurgia de base	0,8	8,3	1,9	10,5	1,2	7,7	0,9	8,0
Máquinas e material de transporte	4,3	8,8	5,0	8,2	11,6	14,2	12,5	14,9
Construção e reparação naval	0,8	8,4	0,03	0,6	2,8	39,3	5,9	70,9
Indústrias transformadoras diversas	1,3	6,2	1,1	7,8	3,0	23,3	2,7	12,8
Outros sectores	26,3	2,7	23,4	2,2	7,2	0,9	6,3	0,8

Fonte: Sistema de Matrizes 20×20—GEBEI.

Bens de produção

Matriz 1974 (60 × 60)

[QUADRO N.º 7]

Unidade: 10³ contos preço corrente

Ramos	Output do ramo (1)	Percentagem	Exportação (2)	Percentagem (2)/(1)	FBCF (total) (4)	FBCF (importada) (5)	Percentagem (5)/(4)
40 – Produtos metálicos	8 844,8	14,9	1 611,5	18,2	1 300,2	70,3	5,4
41 – Máquinas não eléctricas	8 489,1	14,3	2 175,1	25,6	15 956,1	11 666,6	73,4
42 – Máquinas e material eléctrico	9 245,1	15,5	3 804,1	41,1	3 533,3	1 331,7	37,7
43 – Construção e reparação naval	5 356,5	9,0	3 798,2	70,9	2 056,3	917,9	44,6
44 – Material de transporte	27 607,5	46,3	472,2	1,7	9 702,8	5 937,3	61,2
Total	59 543,0	100,0	11 861,1	19,9	32 548,7	19 923,8	61,2
<i>Output total</i>	503 438		<i>Output total (agricultura + indústria) (ramos 1 a 45)</i>			315 604	
40 – Em percentagem do <i>output total</i>	1,8 %		40 – Em percentagem do <i>output</i> (agricultura + indústria)			2,8 %	
41 – Em percentagem do <i>output total</i>	1,7 %		41 – Em percentagem do <i>output</i> (agricultura + indústria)			2,7 %	
42 – Em percentagem do <i>output total</i>	1,8 %		42 – Em percentagem do <i>output</i> (agricultura + indústria)			2,9 %	
43 – Em percentagem do <i>output total</i>	1,1 % (9,2 % em 1970)		43 – Em percentagem do <i>output</i> (agricultura + indústria)			1,7 % (15,2 % em 1970)	
44 – Em percentagem do <i>output total</i>	5,5 % 12,0 %		44 – Em percentagem do <i>output</i> (agricultura + indústria)			8,7 % 18,8 %	

Em 1974, a produção do sector representava 12% do total e 18,8% se incluímos somente a agricultura e a indústria. No que respeita à exportação, ela situava-se nos 19,9% dos ramos considerados, mas aqui é necessário fazer uma reserva, considerando a importância da construção e reparação navais (quase totalmente dependentes do mercado externo e portanto muito vulneráveis) e do ramo das máquinas e material eléctrico, quando se conhece o peso dos capitais externos neste ramo e a sua forte orientação para a exportação, em muitos casos, sem qualquer ligação, ou com uma ligação muito fraca, ao aparelho produtivo interno. Pense-se no sub-ramo do material electrónico.

Se tomarmos agora o que se passa ao nível da FBCF, teremos uma noção mais exacta da grande fraqueza do sector.

Em 1974, a FBCF total representou 83,4 milhões de contos. Se excluirmos a imputada ao comércio e à construção, verifica-se que os cinco ramos considerados representam 91,7% da FBCF restante. Mas, se este montante é importante no contexto nacional, verificamos, por outro lado, que 61,2% é importada e no caso das máquinas não eléctricas se atinge mesmo 73,4% do total da FBCF do ramo.

Se quisermos fazer uma análise mais fina sobre a fraqueza de produção interna de bens de equipamento, poderemos decompor a FBCF em duas componentes: edifícios e equipamentos²¹:

Os autores da obra agora citada concluem que, a preços de 1963, em 1973 cerca de 30% da FBCF ia para os primeiros e 70% para os segundos. Se admitirmos, o que é fácil, que a componente importada para os edifícios é nula ou quase, seremos levados a concluir, trabalhando na base de que cerca de 70% da FBCF se dirige para equipamentos, feitos os cálculos, que é de cerca de 89% a percentagem da componente importada na FBCF para bens de equipamento. Mesmo admitindo que esta percentagem não é *totalmente* rigorosa, ela dá-nos uma ideia clara sobre a incapacidade do sistema produtivo português de possuir as condições internas minimamente indispensáveis para promover uma reprodução alargada do capital com um grau de autonomia aceitável.

A experiência do desenvolvimento capitalista não permite prever uma melhoria nesta situação com a integração agora formal de Portugal na CEE. A tendência, já em marcha, será para fazer de Portugal uma economia de subcontratação neste domínio, ao mesmo tempo que vai forçar a especialização do País em produções onde se revele aplicável o critério das vantagens comparativas, que custos tão elevados tem causado ao País, para já não falar do exemplo clássico, citado em todos os bons manuais de economia política, do acordo celebrado entre Portugal e a Inglaterra quanto à produção de vinhos e de têxteis.

CONCLUSÃO

Como conclusão rápida deste breve trabalho, julgamos que devemos pôr em relevo os seguintes aspectos:

- a) O problema da adesão de Portugal à CEE não veio, em si mesmo, levantar problemas novos. O que poderá, em nossa opinião, é vir reforçar uma tendência que se vinha já a desenhar há alguns anos, que é a de enquadrar e reforçar o grau de integração real da economia portuguesa nas economias dominantes na CEE;

- b) Por isso nos parece importante, por um lado, delimitar bem o conceito de integração económica e ligar a tendência actual para esta integração com o processo de transnacionalização do capital em curso e, por outro, para uma melhor análise dos problemas reais que se põem à economia portuguesa com a adesão, julgamos importante fazer a distinção entre *integração real* e *integração formal*, tendo presente que entre as duas existe uma relação dialéctica, que a primeira antecede no tempo a segunda e que esta, sendo de qualquer forma consequência daquela, vai contribuir para o seu reforço;
- c) Julgamos que as análises dominantes em Portugal em torno deste tema não podem ser feitas nem em termos apoloéticos, nem em termos da recusa apriorística, tal como não podem ser reduzidas a meros cálculos de natureza contabilística ou de implicações institucionais;
- d) Por isso se propõe um tipo de abordagem que, partindo do grau de integração real da economia portuguesa na da CEE, se procure investigar o impacte desta integração, agora reforçada pela adesão, no grau de coerência interna do sistema produtivo português.

A nossa análise, aqui ilustrada com o recurso a alguns elementos da análise matricial, leva-nos a concluir que aquele processo de integração real/integração formal vai contribuir para o enfraquecimento do grau de coerência do aparelho produtivo interno e, portanto, colocar o País numa posição mais vulnerável na divisão internacional do trabalho;

- e) Esta posição mais vulnerável é traduzida por tendências hoje facilmente detectáveis que se podem sintetizar desta forma:

Subida da dependência financeira;
Acréscimo da dependência pela tecnologia;
Subida acentuada do IDE e da penetração das FTN;

Consequente especialização do sistema produtivo português na produção de bens de consumo (alguns produtos agrícolas, têxteis, vestuário, calçado...) e de produtos industriais que, pela sua natureza e pelas condições internas favoráveis, permitam ao capital transnacionalizado a sua produção no quadro de uma estratégia à escala internacional (v. g. automóveis, componentes eléctricos e electrónicos);

Simultaneamente, assistimos à manutenção de uma base nacional muito fraca relativamente a um sistema científico-tecnológico e à produção de bens de equipamento, em que um número crescente de empresas portuguesas serão colocadas em regime de subcontratação internacional, sem acesso ao controlo tecnológico e produtivo.

Todos estes elementos nos permitem prever um desenvolvimento capitalista estruturalmente dependente dos países já hoje dominantes, e não um desenvolvimento que procure reforçar o grau de independência do País, pelo reforço do grau de coerência interna das estruturas produtivas e da sua adaptação às necessidades sociais a satisfazer.

Lisboa, Dezembro de 1981.